

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No exercício, possuía sob sua gestão R\$ 222.225,5 milhões, distribuídos em 1.841 Fundos de Investimento, atendendo um total de 42.436 cotistas.

No exercício de 2017, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 11,8 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 65,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 74,7 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	74.445	62.654
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	24	49
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	71.615	60.620
Carteira Própria.....	71.615	60.620
OUTROS CRÉDITOS	2.806	1.985
Rendas a Receber (Nota 6a).....	2.377	1.797
Diversos (Nota 6b).....	429	188
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	218	205
OUTROS CRÉDITOS.....	218	205
Diversos (Nota 6b).....	218	205
PERMANENTE	1	1
INVESTIMENTOS.....	1	1
Outros Investimentos.....	1	1
TOTAL	74.664	62.860

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 2016	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.703	6.190	6.911
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	2.703	6.190	6.911
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.703	6.190	6.911
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	7.488	15.006	13.484
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10).....	15.634	31.160	26.386
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(6.556)	(12.443)	(8.800)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(1.287)	(2.580)	(2.127)
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	(303)	(1.131)	(1.975)
RESULTADO OPERACIONAL	10.191	21.196	20.395
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.191	21.196	20.395
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(4.466)	(9.405)	(9.281)
Provisão para Imposto de Renda.....	(2.390)	(5.126)	(5.185)
Provisão para Contribuição Social.....	(2.086)	(4.294)	(4.261)
Ativo Fiscal Diferido.....	10	15	165
LUCRO LÍQUIDO	5.725	11.791	11.114
Número de cotas (Notas 9a e b).....	28.700.000	28.700.000	22.900.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	199,48	410,84	485,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2017	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.191	21.196	20.395
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	13	30	-
Outros.....	13	30	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	10.204	21.226	20.395
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos.....	(8.748)	(10.995)	(13.897)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(260)	(819)	937
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(86)	501	117
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.159)	(9.833)	(7.444)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(49)	80	108
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	(105)	(92)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(105)	(92)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	(25)	16
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	73	49	33
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	24	24	49
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	(25)	16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BEM DTVM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas nas rubricas "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização o/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

- São compostos por:
 - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 24 mil (2016 - R\$ 49 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Carteira própria			
Cotas de fundos de investimentos.....	71.615	60.620	
Total	71.615	60.620	

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2017	2016			
		Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)	
Títulos (1)					
Títulos para negociação (3):					
Letras financeiras do tesouro.....	-	5.696	1.256	40.318	47.270
Notas do tesouro nacional.....	22.739	-	-	22.739	22.739
Letras financeiras.....	-	-	1.606	1.606	1.606
Debêntures.....	-	-	-	-	711
Total em 2017	22.739	5.696	1.256	41.924	71.615
Total em 2016	34.483	1.486	3.730	20.921	60.620

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício, a BEM DTVM possuía R\$ 71.615 mil (2016 - R\$ 60.620 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Correspondem a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R\$ 6.190 mil (2016 - R\$ 6.911 mil).

d) A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Referem-se à prestação de serviços - taxa de administração de fundos no montante de R\$ 2.377 mil (2016 - R\$ 1.797 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2017	2016	
Impostos e contribuições a compensar.....	346	14	
Crédito tributário (Nota 15c).....	261	246	
Devedores por depósitos em garantia.....	40	133	
Total	647	393	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 30.6.2017	28.700	2.412	28.250	-	59.632
Lucro Líquido.....	-	-	-	5.725	5.725
Destinações: - Reservas.....	-	286	5.385	(5.671)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(54)	(54)
Saldo em 31.12.2017	28.700	2.698	33.905	-	65.303
Saldo em 31.12.2015	18.000	1.553	23.062	-	42.615
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b).....	4.900	-	(4.900)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	11.114	11.114
Destinações: - Reservas.....	-	556	10.453	(11.009)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(105)	(105)
Saldo em 31.12.2016	22.900	2.109	28.615	-	53.624
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b).....	5.800	-	(5.800)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	11.791	11.791
Destinações: - Reservas.....	-	589	11.090	(11.679)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(112)	(112)
Saldo em 31.12.2017	28.700	2.698	33.905	-	65.303

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de montante relevante.

d) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal.

A Instituição efetuou rigorosa avaliação de todos os aspectos relacionados com o FIP ENSEADA, tendo encaminhado ao Ministério Público Federal o respectivo Relatório da Inspeção Interna, sem que tenha constatado qualquer desvio na atuação da empresa ou de seus gestores. Não obstante, seguindo recomendação dos seus assessores jurídicos, a Organização Bradesco entendeu conveniente aceitar com a Fundação Petrobrás de Segurança Social PETROS, a FUNCEF - Fundação dos Economistas, e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, investidores do FIP Enseada, e com o Ministério Público Federal - Grupo de Trabalho - "Operação Greenfield", o pagamento integral dos valores investidos, no montante de aproximadamente R\$ 113 milhões, como forma de evitar desgastes e longas discussões de natureza judicial e administrativa.

Com o pagamento efetuado na data de 11 de dezembro de 2017, ficou liberada a caução de títulos públicos, prestada perante o Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, que tinha por finalidade garantir o pagamento de eventuais prejuízos de natureza civil suportados pelos investidores institucionais.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	7.244	7.520
Impostos e contribuições a recolher.....	173	169

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	21.196	20.395
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(9.538)	(9.178)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(106)	(62)
Outros valores.....	239	(41)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(9.405)	(9.281)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(9.420)	(9.446)
Impostos diferidos		
Contribuição/(realização) no exercício sobre adições temporárias.....	15	165
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(9.405)	(9.281)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	
Provisão para publicação e outras provisões.....	246	43	28	261
Total dos créditos tributários (Nota 6b).....	246	43	28	261

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 249 mil (2016 - R\$ 232 mil). Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2017, somaram R\$ 222.225.478 mil (2016 - R\$ 188.584.065 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 31.160 mil (2016 - R\$ 26.386 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 15 de março de 2018


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

 André Dala Pola
 Contador CRC 1SP214007/O-2